

O genial ministro de Belíndia

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

A contribuição como analista de problemas herdados e formulador de estratégias coloca Delfim Netto entre os mais importantes economistas e mais influentes políticos de nossa história. Nos dias seguintes à sua morte, foi louvado pela inteligência e pelo papel no salto do PIB brasileiro, na década de 1970; também pela versatilidade em apoiar os militares em um momento e, em outro, ser o guru do PT. Assumiu-se que seu único pecado teria sido político, assinar o AI-5; mas seu grande pecado foi econômico, por ter procrastinado o pagamento das dívidas da economia com o povo e a nação do Brasil. Ele foi realizador de curto milagre econômico, não foi promotor das reformas estruturais de que o Brasil precisa.

Apesar de sua competência, Delfim trabalhou com a mesma miopia dos economistas que buscam crescimento sem sustentabilidade nem justiça. No *Correio Braziliense*, no dia seguinte à morte de Delfim Netto, André Gustavo Stumpf lembrou a frase do ex-ministro “Dívida não se paga, administra-se”, que caracteriza o pensamento econômico brasileiro. Essa visão tem sido usada para adiar o pagamento de dívidas que amarram o Brasil. Adotam medidas para reduzir a penúria, mas sem estratégias para superar a tragédia da pobreza e a vergonha da desigualdade. Ignoram que a educação de base com qualidade e equidade é o vetor fundamental tanto para o aumento da renda social quanto para sua distribuição. Criaram o real, mas não reduzimos, e até aumentamos, os gastos e a ineficiência do Estado. Mantemos a dívida da baixa produtividade, dando isenções e subsídios que, às vezes, agravam os gargalos e, há décadas, emperram nossa economia.

Delfim via a pobreza como falta de crescimento econômico, não como um dos impedimentos ao crescimento econômico. Ao dizer a famosa frase “É preciso fazer o bolo do PIB crescer, para depois dividi-lo”, escondeu que a pobreza é hoje, como a escravidão foi no passado, um instrumento para promover o aumento do PIB, ao concentrar a renda e baixar salários como forma de criar demanda para produtos caros e forçar a poupança para induzir o crescimento no curto prazo.

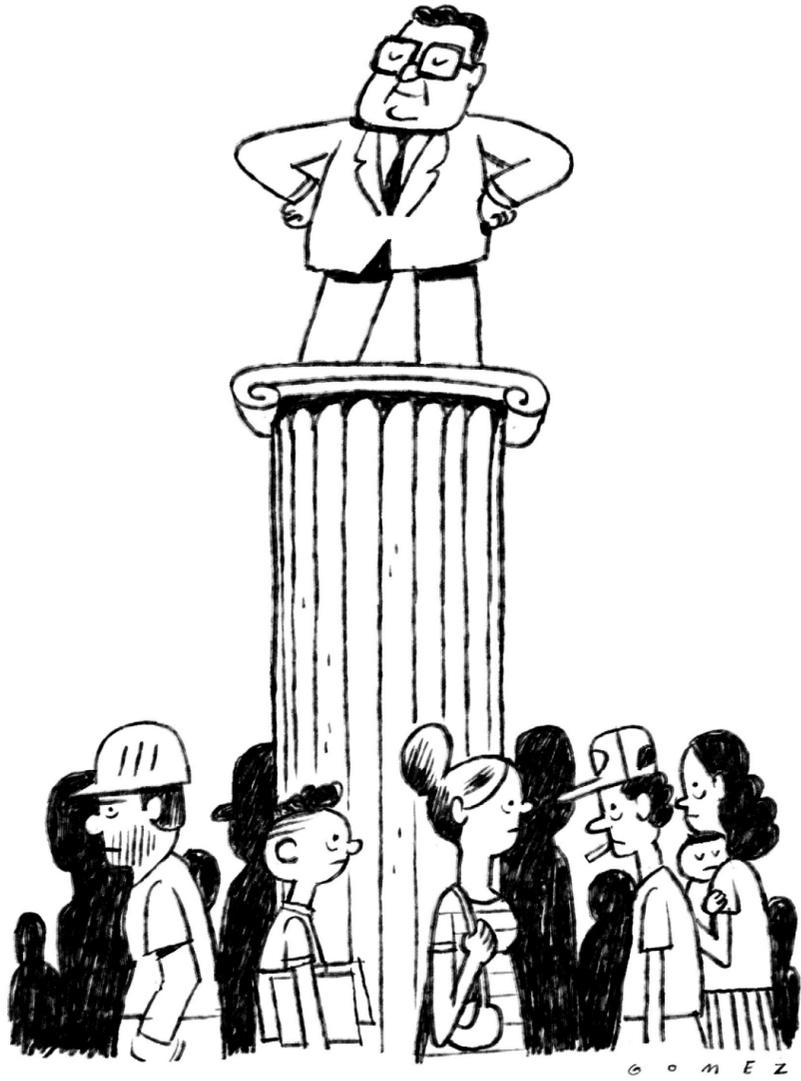
Ele e muitos economistas não perceberam que a superação da pobreza só se consegue pela acessibilidade de todos aos serviços sociais básicos, porque a renda criada pelo crescimento econômico não se distribui espontaneamente, nem seria capaz de permitir a compra de todos esses serviços no mercado. O ex-ministro tampouco viu que a permanência da pobreza

leva ao apodrecimento moral do bolo do PIB, à instabilidade da democracia, além de limitar o crescimento no médio prazo devido à baixa produtividade da mão de obra; não percebeu que crescer sem distribuir não é apenas imoral, é também ineficiente e insustentável. Ele não viu que não é a falta de crescimento que provoca pobreza, é a pobreza que impede o crescimento sustentável.

Apesar de sua genialidade, Delfim e demais economistas “de direita” consideram que a baixa qualidade de nossa educação é consequência do subdesenvolvimento, e não que o subdesenvolvimento é consequência da baixa qualidade e da desigualdade como a educação é oferecida; por sua vez, os economistas “de esquerda” consideram que a educação de base só será bem distribuída quando a renda for bem distribuída, não que a boa distribuição de renda depende do acesso isonômico de

toda população à educação de qualidade, independentemente da classe social da criança.

Foi a influência política de Delfim sobre os ditadores que levou o país ao milagre econômico com taxas de crescimento que nunca mais voltamos a ter, sem pagar e até agravando as dívidas social, fiscal e ecológica. Sua influência acadêmica formou uma geração de procrastinadores de dívidas, especialmente, com a educação. Por isso, nossos milagres se esgotaram rapidamente. Delfim foi o símbolo da genialidade de nossos economistas com táticas para administrar dívidas sem enfrentá-las; adiando os problemas sem construir um país eficiente, justo, rico, sustentável e democrático. Sob essa cegueira, ele foi um dos melhores: colocou nossa economia entre as maiores do mundo, mas fez do Brasil o que, já no início dos anos 1970, Edmar Bacha chamava de “Belíndia”, injusta e insustentável.



Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Famosos silentes

Diante da situação atual, em que basta abrir a janela para se certificar que o Brasil arde com mais de 20 mil focos de incêndio, é preciso alertar: “É o meio ambiente, estúpidos”. O fogo é sempre um assunto desagradável e não combina com popularidade e eleições. Candidatos omissos são, por isso, condenados nas urnas. Os satélites mostram um país coberto por nuvens pálidas e agoutadas das fumaças. Entre o que se ouve oficialmente das autoridades, quando afirmam que o combate aos focos de incêndio tem sido exitoso, que tudo está sob controle, e o que olhos e pulmões constata vai uma distância imensa — quase uma notícia fantasiosa. Os olhos não enganam. O nariz, também não. Há cheiro de fumaça no ar. E onde há fumaça há fogo.

Onde há uma ausência ou inação governamental para proteger o patrimônio verde da nação, em seu lugar, há névoa de fumo e fuligem a anunciarem o que parece ser um país consumido pelas chamas. Visto a olho nu, o Brasil vai sendo devorado pelas beiradas. Com mais esse problema pela frente a se somar a tantos outros, nesses tempos nebulosos, estamos, literalmente, imersos na estória infantil em que o rei, por suas veleidades, acaba saindo nu pelas ruas do país. Por detrás da fumaça, o que se vê é o protagonista da peça teatral seguindo para os autógrafos, alheio à situação real.

A questão é saber: iremos arder todos com as queimadas no Brasil? Não há como estocar ou esconder o vento fumacento varrendo-o para debaixo dos novos e caríssimos tapetes reais. Por onde andam os hollywoodianos indignados para clamar pela natureza brasileira? Ninguém viu. Talvez, mais efetivo seria cobrar de volta o cachê e destiná-lo para os pequenos municípios que não veem, há tempos, a cor azul do céu e do sol dourado.

O país vai sendo encoberto por um véu que parece anunciar o fim dos tempos. De fato, estamos vivendo debaixo de tempos nebulosos. Esse é também o nevoeiro que ajuda apagar da memória o que vivemos. Também faz-nos esquecer e perdoar, mesmo contra a vontade de muitos. Talvez estejamos ardendo de desgosto e desalento. Queimam-nos a alma a realidade interna e a nossa responsabilidade perante o mundo. Os brasileiros estão pondo fogo no próprio país. É o que dizem. O mundo enxerga-nos sempre como um coletivo. Somos nós, brasileiros, e não o Estado, que achou por bem deixar que o país pegasse fogo. O mundo nos culpa de piromaniacos.

O aquecimento global passa a ser uma mixaria quando notamos que, depois de cinco séculos, ainda estamos à mercê da monocultura da cana, cultivada em enormes latifúndios ou com as usinas de álcool e açúcar. Da mineração inclemente que esburaca o país, deixando para trás desertos inabitáveis, também não nos livramos ainda. São Paulo, outrora próspero e promissor e com clima ameno, produtor de uma diversidade de alimentos, hoje é um canavieiro gigante a enriquecer poucos e a empobrecer a terra e os homens comuns. Voltamos no tempo. São Paulo voltou ao ciclo canavieiro da época colonial. Talvez, por isso, pague um alto preço. Lavouras de fumaça são o que parecem produzir. Em meio ao braseiro, não é possível distinguir claramente entre culpados ou omissos. Todos carregam uma parcela de culpa, um fósforo na mão ou um litro de gasolina.

Somos protagonistas de uma tragédia continental que é só nossa. O futuro promete absolvição plena aos verdadeiros culpados, livrando-os de todas as penas. Atentamos, há séculos, e sem remorsos contra o meio ambiente do país. Praticamente, não há local algum neste país em que não possamos verificar paisagens destruídas pelas mãos humanas. A cada dia, milhares de novos focos de incêndio são registrados. Entre 1º e 31 de julho deste ano, foram observados quase 12 mil novos focos de queimadas. Trata-se de uma sequência de ocorrências jamais registrada na nossa história.

Os dados oficiais tentam minorar essa situação, mas os satélites internacionais mostram toda a realidade. Além de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e a Amazônia estão em chamas. São dezenas de milhares de focos. Nem mesmo o Cerrado tem escapado dessa tragédia. No primeiro semestre deste ano, houve quase 10 mil queimadas registradas. A região de Matopiba (acrônimo dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) vive situação idêntica. A expansão agrícola desenfreada, somada aos efeitos da seca e ao aumento da temperatura global, parece ter transformado nosso país num gigantesco e único foco de queimadas. Bem-vindos ao inferno!

» A frase que foi pronunciada

“Os incêndios que se alastram pelo país são questões de direitos humanos, saúde pública e economia.. (...) Estão sendo provocados, conforme avaliação que nos chega até o momento”

Senador Paulo Paim

Interessa?

» Agressiva a campanha de bandidos que usam voz, script e até número parecido com o SAC dos bancos. Não é possível que idosos sejam constantemente abordados por esses larápios. Faz pensar que os dados do INSS estão sendo vazados. Bancos e operadoras de celular até hoje não conseguiram investir em segurança para evitar esse tipo de golpe.

» História de Brasília

O dr. Laranja, segundo nos disse, comunicou-se ontem de manhã com o prefeito, que está no Rio, e disse de sua intenção de nomear uma comissão para apurar essas irregularidades, não somente na sua administração, como, igualmente nas anteriores. (Publicada em 18.04.1962)

O Conselho de Política Externa deve refletir nossa diversidade

» GIORGIO ROMANO SCHUTTE E GILBERTO M. A. RODRIGUES

Professores de relações internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC) e membros do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB)

O Brasil reassume seu protagonismo global nas questões sociais, de governança global e meio ambiente, com a presidência brasileira do G20, em 2024, e do Brics e da COP-30, no ano que vem. Com esperança renovada, representantes da sociedade civil retomaram, nesse contexto, uma pauta de mais de 20 anos e formalizaram a proposta de criação de um Conselho de Política Externa (Conpeb) ao Itamaraty e à Presidência da República, recebendo reações positivas. Cabe agora ampliar ainda mais o debate por um Conselho que reflita a diversidade e a experiência internacional da sociedade brasileira.

A ministra Esther Dweck, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, afirmou recentemente em um evento paralelo ao G20, realizado pela sua pasta com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que o Estado do futuro deveria ser “extremamente participativo”. De fato, o terceiro governo Lula retomou a organização dessa participação nas instâncias do Estado para possibilitar a participação social na construção, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Foi criado, inclusive, um Sistema de Participação Social Interministerial.

Um argumento para não haver o Conpeb é que conselhos de participação são para políticas públicas, e política externa não seria

uma política pública, mas uma política de Estado. Grande debate, mas, pelo menos em tese, já superado. Como diz o site da Secretaria Geral da Presidência, “a participação social é estratégia do governo federal para a construção de políticas públicas internas, e não é diferente na agenda internacional”.

Houve, em vários momentos, uma participação pontual expressiva e construtiva desde a conferência no Rio 1992 sobre meio ambiente e desenvolvimento e a de Durban contra o racismo e a discriminação racial, em 2001. Da mesma forma, houve uma mobilização expressiva contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a participação no processo de integração regional com o Mercosul Social. Em todos esses casos, o debate ligava a política externa a seus impactos internos, tanto na geração de emprego e renda, como direitos humanos ou ambientais, trazendo pautas relevantes para o desenvolvimento do país. Por outro lado, também nunca faltou acesso aos negociadores e formuladores da política externa via balcão para interesses econômicos específicos, como os do agronegócio.

Na primeira Conferência Nacional sobre Política Externa, realizada na Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo, em 2013, um conjunto significativo de atores da sociedade civil entregou uma

carta ao então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, que se comprometeu a levar adiante a criação do Conpeb. Após aquele momento, o país começou a passar por turbulências políticas que levaram à derrubada da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e à ascensão de governos que suspenderam o ciclo virtuoso de participação social, democrático e transparente, e arquivaram as conversas já em fase avançada para a criação do conselho. Mesmo assim, a ideia permaneceu viva, em fóruns como o Grupo de Reflexão em Relações Internacionais (GR-RI) e a Rede Brasileira de Integração dos Povos (Rebrip), entre outros, que congregam diversas organizações e especialistas do campo. Cabe, agora, incorporar outros setores, como o empresarial.

Por tudo isso, há de se saudar a entrada na agenda do Palácio do Planalto da proposta de decretar a instalação de um Conselho de Política Externa Brasileira, que deve permitir um diálogo mais permanente e reconhecer as interfaces com as várias áreas nas quais já houve essas experiências de participação pontual. Não há dúvida de que, assim como aconteceu em outros setores, o Conpeb deve contribuir para que as políticas que orientam a inserção internacional do país reflitam cada vez mais a diversidade de visões e interesses da sociedade brasileira como ela é.